



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº 14/2016

DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

Pregão Eletrônico SRP nº 013/2015 - Processo Administrativo nº 909/2015

CONTRATANTE:	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO – COREN-SP
CONTRATADA:	EVIDENCE LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA – EPP.
FORMA DE CONTRATAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2015 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	909/2015
OBJETO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS.
FORMA DE FORNECIMENTO:	A CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
REQUISITANTE:	GECOM – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo autoriza, através da presente **Autorização de Execução de Serviço (AS)**, autoriza a empresa Evidence Locações E Eventos Ltda – Epp., CNPJ nº 11.582.094/0001-70 sita a Rua 01 – Chácara 96 – Lote 05 A1 – Parte A – Brasília/DF, Telefone/fax (61) 3272-2743, e-mail: contato@eventosevidence.com.br, a fornecer os Serviços conforme descrito abaixo.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO E VALOR DO PEDIDO

Item	Tipo de Serviço ou Produto	Descrição	Preços				
			Localidade	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Valor Total
78	<i>Cordão para crachá</i>	Cordões para crachá em tecido 100% poliéster, cor do cordão a ser definida, com 12mm de largura, 82 cm de comprimento aberto, personalizado em silk-screen, impressão um lado, lavável, em 1 cor (branco), com a logomarca do Contratante, finalizado com fixador de solda (aproximadamente 9mm x 9mm) e argola média. Arte a ser definida com o Contratante. Item sujeito à prova. Pedido mínimo: 100 unidades.	Entrega na Sede	Unidade	3000	R\$ 3,00	R\$ 9.000,00
TOTAL		R\$ 9.000,00 (nove mil reais)					



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Instrumento Contratual, conforme o disposto no art. 56 § 1º, da Lei nº 8.666/1993, que poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

2.1.2. Fiança bancária;

2.1.3. Seguro-garantia.

2.2. O prazo para prestação da garantia é de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento desta autorização, não podendo ultrapassar 24 horas antes da data do evento.

2.3. Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a Contratada apresentará garantia complementar, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do respectivo Termo de Aditamento ou do Apostilamento.

2.4. A Garantia Contratual prestada assegura o pleno cumprimento, pela Contratada, das obrigações contraídas através do Instrumento Editalício e do presente Ajuste, como segue:

2.4.1. Ressarcir o Coren-SP de quaisquer prejuízos decorrentes de eventual rescisão unilateral;

2.4.2. Cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais;

2.4.3. Cobrir perdas e danos causados ao Coren-SP;

2.4.4. Ressarcir valores pertinentes à condenação pela Justiça do Trabalho, por responsabilidade solidária como segunda reclamada e/ou cobrir valores de depósitos judiciais.

2.5. Ressalvados os casos previstos no subitem anterior, a Garantia Contratual será liberada em até 60 (sessenta) dias após a data de encerramento do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais, nos termos da alínea k, inc. XIX, art. 19 da IN nº 02/2008, compilada pela IN nº 06/2013.

2.6. ***Para Autorizações de Execução de Serviços com valores abaixo de R\$ 5.000,00 não será exigida Garantia.***

3. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Poderá ser permitida a subcontratação, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/1993, para atendimento dos itens solicitados neste termo, com a prévia e expressa autorização do Coren-SP, limitado a 70% (setenta por cento) do valor total da contratação.

3.2. Havendo a subcontratação de outra empresa, a conformidade do objeto entregue com as especificações e exigências do Contratante são de total responsabilidade do Contratado.

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

4.1. Os serviços serão executados conforme a necessidade, a partir de requisições que serão enviadas por meio eletrônico.

4.2. Os serviços serão prestados em qualquer das unidades do Coren-SP (considerando a Tabela I – Unidades do Coren-SP, constante do Anexo II - Especificações Técnicas) ou em outros locais não definidos, dentro do Estado de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

São Paulo.

4.3. A data, o período, o horário e o local de realização de cada evento serão estipulados na Autorização de Execução de Serviço emitida pela Contratante, que deverá ser comunicada à Contratada com antecedência mínima de:

4.3.1. Até 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para realização de eventos com público previsto de até 100 (cem) pessoas;

4.3.2. Até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para realização de eventos com público previsto de 101 (cento e uma) a 500 (quinhentas) pessoas.

4.4. O deslocamento de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como o transporte de todo material e/ou equipamentos necessários para o fornecimento do objeto, ficará a critério e às expensas da Contratada, que se responsabilizará pela integridade dos itens entregues, e pelo seu manuseio nas dependências do local de realização do evento.

4.5. Caso algum item apresente falha ou vício, a Contratada deverá, às suas expensas, efetuar a substituição do item que estiver em desconformidade ou o refazimento do serviço, imediatamente à notificação ou dentro do prazo aceitável para a regularização da situação acordado com a Contratante, sempre em tempo hábil para que não haja falhas na condução e acontecimento do Evento.

4.6. Na ocasião da entrega do objeto, deverá ser apresentada a nota fiscal contendo, em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho, o número do processo licitatório/de contratação e o número da conta bancária para depósito do pagamento.

4.7. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza (comercialização/prestação de serviços).

4.7.1. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços, cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

4.8. Nos termos dos art. 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta contratação será recebido:

4.8.1. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto e da nota fiscal;

4.8.2. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação se o objeto atende às especificações do Edital e seus Anexos; e da conformidade da documentação (nota fiscal, regularidades fiscais, relatórios e outros).

4.9. O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

5. PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

5.2. A Contratada receberá apenas pelos serviços efetivamente prestados.

5.3. A Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

5.3.1. Nas hipóteses em que não ocorrer o pagamento, não terá a Contratada o direito à compensação financeira ou alteração de preços.

5.4. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Gerência Financeira – Gefin, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

5.5. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

5.6. A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as Legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB nº 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP para realização dos serviços.

6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.

6.3. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.

6.4. Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual.

6.5. Solicitar a substituição dos serviços prestados inadequadamente ou que não atenderem às especificações do objeto constantes no Termo de Referência e Especificações Técnicas, do Edital.

6.6. Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.

6.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas deste



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Instrumento e com os termos de sua proposta.

6.8. Registrar, em sistema próprio da Contratante, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.9. Os representantes do Coren-SP, responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.10. Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos entregues nos prazos e condições estabelecidos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Caberá à Contratada, a partir do recebimento desta Autorização e da Nota de Empenho, o cumprimento das obrigações a seguir, além das constantes no Edital da licitação e seus Anexos:

7.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP.

7.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP.

7.4. Ressarcir à Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a entrega do objeto, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.

7.5. Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

7.6. Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7. Designar, por escrito, no ato do recebimento desta Autorização, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.

7.8. Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

7.9. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e/ou municipal.

7.10. Comprovar a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, quando cabível, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

7.11. A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:

7.11.1. Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta aquisição.

7.11.2. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

vínculo empregatício com o Coren-SP.

7.11.3. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.

7.11.4. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7.11.5. Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes necessários à prestação dos serviços, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição.

7.11.6. Deslocamento de pessoal e transporte interno e externo de todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.12. Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:

7.12.1. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta aquisição.

7.12.2. Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.12.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu colaborador que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a execução dos serviços.

7.12.4. Instruir seus empregados / colaboradores quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante.

7.12.5. Manter os colaboradores devidamente identificados, quando couber, durante a entrega e/ ou execução dos serviços.

7.12.6. Informar previamente ao Fiscal do Coren-SP, se a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP para a execução do serviço.

7.12.7. Efetuar o serviço com o sigilo necessário.

7.13. São expressamente vedadas à Contratada:

7.13.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução decorrente do pregão.

7.13.2. A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

8. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhista não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

9. SANÇÕES

9.1. Poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União e ser descredenciada do Sicaf pelo prazo de até 5



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

(cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e das demais cominações legais, estando sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 a Contratada que:

- 9.1.1. Apresentar documentação falsa;
 - 9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 9.1.3. Falhar na execução do instrumento contratual;
 - 9.1.4. Fraudar na execução do instrumento contratual;
 - 9.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 9.1.6. Cometer fraude fiscal;
 - 9.1.7. Fizer declaração falsa.
- 9.2. Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 9.3. Para a Contratada que cometer as condutas dos itens 8.1.2 e 8.1.3, será aplicada multa nas seguintes condições:
- 9.3.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - 9.3.1.1. Em caso de atraso que ultrapasse 50% do tempo total do evento, ou o não atendimento ao constante no item 4.5, e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do serviço, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste;
- 9.4. Para os casos de descumprimento contratual parcial, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a gradação constante na Tabela 2.

TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO	AFERIÇÃO	GRAU
01	Atraso no início das atividades gerais e/ou específicas do contrato, tais como: montagem/desmontagem, serviço de recepção, mestre de cerimônia, coordenador do evento e demais serviços terceirizados.	Por hora	03
02	Apresentar ou permitir profissionais ou colaboradores sem qualificação técnica para executar os serviços contratados.	Por pessoa /ocorrência	03
03	Apresentar ou permitir profissionais ou colaboradores trajando uniforme ou vestimentas inadequadas ou em mal estado de conservação e uso.	Por pessoa /ocorrência	03
04	Permitir a presença dos profissionais e colaboradores sem crachá de identificação, quando tal uso for solicitado.	Por pessoa / ocorrência	01
05	Entregar material com impressão em desacordo ou com qualquer divergência de cor, arte, tamanho e formato.	Por item/ ocorrência	02



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

06	Entregar material com qualidade ou quantidade inferior ao contratado e/ou com qualquer divergência de cor, arte, tamanho, formato, gramatura e espessura.	Por item/ ocorrência	02
07	Entregar material em desacordo ou com qualquer divergência de funcionalidade.	Por item/ ocorrência	02
08	Entregar arranjo floral em desacordo ou com qualquer divergência de tamanho, qualidade ou quantidade.	Por item/ ocorrência	02
09	Entregar alimentos ou bebidas com divergências quanto à variedade, sabor, odor ou textura dos alimentos contratados (quando aplicado).	Por item/ ocorrência	03
10	Entregar alimento ou bebida fora do prazo de validade (quando aplicado).	Por item/ ocorrência	03
11	Entregar alimento ou bebida mal acondicionados/refrigerados (quando aplicado).	Por item/ ocorrência	03
12	Entregar alimentos e/ou bebidas em quantidades e/ou qualidades inferiores ao contratado (quando aplicado).	Por item/ ocorrência	03
13	Apresentar material e serviço de infraestrutura e/ou de equipamentos em desacordo com o especificado, inadequado ou insuficiente para o apoio e suporte dos serviços oferecidos.	Por item/ ocorrência	03
14	Apresentar material de estrutura e/ou de equipamentos danificados ou em mal estado de conservação e uso e que estejam em desacordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.	Por item/ ocorrência	03
15	Apresentação musical em desacordo com o repertório musical estabelecido pelo contratante.	Por ocorrência	01
16	Apresentar serviços terceirizados de apoio e/ou suporte em desacordo com o especificado, inadequado ou insuficiente.	Por ocorrência	03
17	Apresentar materiais de apoio e/ou suporte em mal estado de conservação e uso e em desacordo com as normas técnicas e de segurança vigentes.	Por ocorrência	03

TABELA 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	2% (dois por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual
02	3.5% (três e meio por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual
03	5% (cinco por cento) sobre o valor do Instrumento Contratual

9.5. Para as demais condutas, incluindo casos não previstos na Tabela 1, e para os casos descritos nas alíneas anteriores, a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento Contratual.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

9.6.1. A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

9.6.2. Não sendo suficiente o valor a ser pago à Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 9.6.3.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrada judicialmente.
- 9.7.** Poderão ser aplicadas, ainda, a pena de advertência e as demais penalidades descritas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art.28 do Decreto nº 5.450/2005 e nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993 isoladamente ou cumulativamente com a pena de multa.
- 9.8.** Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.
- 9.9.** As sanções apenas serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.
- 9.9.1.** Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções.
- 9.9.2.** A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das sanções, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.9.3.** Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.
- 9.10.** Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.
- 9.10.1.** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.
- 9.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 10.1.** As Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, os Decretos nº 3.555/2000, nº 5.450/2005 e nº 7892/2013 e, subsidiariamente, o Código Civil e o Código de Processo Civil, com suas respectivas alterações, regerão as hipóteses não previstas nesta Autorização de Execução de Serviço.
- 10.2.** Eventuais dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente instrumento contratual serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DO FORO

- 11.1.** As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

São Paulo, 20 de abril de 2016.